

O PROJETO E-MPODERA MULHERES/MÃES E A BUSCA POR REDES DE INCLUSÃO POLÍTICA, SOCIAL E TECNOLÓGICA DE UNIÃO DA VITÓRIA-PARANÁ

Everton Carlos Crema¹

Sandra Salete de Camargo Silva²

Resumo

Este estudo resulta de ações de pesquisa e extensão realizadas na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus de União da Vitória pelo Projeto E-mpodera Mulheres/Mães: redes de inclusão política, social e tecnológica de União da Vitória-Paraná. Tais ações com ênfase prioritária no acesso a Direitos Humanos e Justiça, apresenta como justificativa a articulação necessária do Ensino Superior com a necessidade da formação de liderança feminina e participação social na busca de igualdade de gênero, enfrentamento à exposição de mulheres em situação de risco social da região de abrangência desta universidade. A vulnerabilidade feminina no Brasil se apresenta diversa e sistêmica, em grande parte consequência de sua condição estrutural, reproduzida continuamente dentro da sociedade em seu processo histórico. Entretanto, resta notarmos, que dentro da amplitude ativa do conceito de vulnerabilidade em relação as mulheres, percebemos uma variada distinção de risco social ativo, atingindo grupos de mulheres em intensidade e violência diferentes. Assim, o E-mpodera Mulheres/Mães vai ao encontro de demandas específicas de mulheres que são mães especificamente Mulheres/Mães apresenta como aporte documentos normativos, orientadores e obras de autores que como Kassar (2011); Nóvoa (1999); Freire (2000); Rabelo (2017); Camargo-Silva (2017); Vilaronga; Mendes (2014); Capellini e Zerbato (2019) para promover a formação de mulheres em especial com filhas(os) público da Educação Especial em ações de liderança, empoderamento e inclusão socioeducativa. Especificamente promover a criação de coletivos e associações, redes de proteção social, atividades empreendedoras, inclusão tecnológica e de protagonismo político feminino continuado. Como procedimentos metodológicos, ações participativas de ensino, pesquisa e extensão para proporcionar aos licenciandos/as e pós-graduandos/as participação ativa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no projeto. Resultando em ações que vem possibilitando a qualificação dessas mulheres e a inserção universidade por atividades de participação na comunidade. Palavras-chave: inclusão, mulheres/mães, pessoa com deficiência, inovação tecnológica, ações participativas

Palavras-chave: Inclusão, mulheres/mães, pessoa com deficiência, inovação tecnológica, ações participativas.

Dialogar sobre a Educação Especial numa perspectiva inclusiva permite questionar a diferença que constitui os seres humanos. Tais problematizações constitutivas dos seres humanos perpassam seus sujeitos de direito, no caso as pessoas com deficiências na totalidade de questões sociais, políticas e econômicas que demandam refletir acerca das condições daqueles que se constituem nas relações que se estabelecem em torno das vidas dessas pessoas com responsáveis pelo seu apoio e suporte.

¹ Doutor em Educação, Docente Adjunto do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campús de União da Vitória, everto.crema@unespar.edu.br A participação no evento contou com o apoio recebido da Fundação Araucária do Paraná/SETI, aecmari@gmail.com

² Doutora em Educação, Docente Associada do Curso de Direito e Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campús de União da Vitória, [E-mail: sandra.salete@unespar.edu.br](mailto:E-mail:sandra.salete@unespar.edu.br) A participação no evento contou com o apoio recebido da Fundação Araucária do Paraná/SETI, aecmari@gmail.com

No contexto histórico das sociedades identificam-se marcos constituídos com variadas maneiras de tratamento dessas questões de constituição das relações e dos direitos de pessoas com deficiência ou ainda, mais amplamente na compreensão de determinadas diferenças humanas. O tratamento à escolarização dessas pessoas também esteve sempre atrelada à forma de identificação dos sujeitos(as) seja pelo medo, admiração e segregação. O que para Omote (2004, p.289) significa condicionantes diversos:

As mais variadas diferenças receberam os mais variados tratamentos no decorrer dos milênios. Condições que eram alvos de profunda abominação, podendo até levar o seu portador a formas extremas de exclusão ou de eliminação, podem, em outros tempos, tornar-se alvos de afeição e simpatia. Outras condições podem ser repudiadas em algumas comunidades e aceitas em outras, na mesma época, recebendo interpretações e eventualmente designações diferentes. A homossexualidade, a prostituição, a cegueira e a bruxaria são alguns desses exemplos.

Complementa ainda o autor que muitas formas de perceber as diferenças entre as pessoas em determinadas sociedades advém de forma materiais de sobrevivências:

As terríveis cicatrizes e mutilações resultantes de luta em batalhas podem levar os seus portadores, em tempos de guerra, à posição privilegiada de heróis e a serem admirados e valorizados. Mas, em tempos de recessão e dificuldades, após o término da guerra, podem perder seus privilégios e sofrer segregação e exclusão (Omote, 2004, p.289).

Tal compreensão dialética que envolve o processo de inclusão e exclusão de pessoas com deficiência pode respaldar-se em características advindas do paradoxo inclusão e exclusão. A sociedade contemporânea marcada por contradições apresenta permanente avanço tecnológico que por diversas vezes possibilita mudanças e favorece a vida humana. Tais avanços conduzem ao individualismo, ao desemprego, à exclusão e à miséria grande parte dos seres humanos do planeta.

A sociedade subordinada às leis do mercado, orientada pelos princípios capitalistas, em que a obtenção do lucro, dita as regras não só do modo produtivo torna-se capacitista e preconceituosa, acentuando as contradições da sociedade discriminatória, baseada na troca, visando o lucro. Por um lado, favorece a qualidade de vida de alguns homens, mulheres, jovens, crianças e idosos ao mesmo tempo, presencia outros tantos sucumbirem aos pés das leis de mercado. Marx; Engels (2002, p.20) esclarecem que a consciência nasce no homem pelas condições materiais de vida, pelo trabalho: Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência, “[...] (em) toda existência humana e portanto, (em) toda história [...] os homens devem ter condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais”.

É importante ressaltar que a sociedade é marcada por formas de controle e manipulação do modo de pensar dos homens. Frigotto (1995, p.149) afirma quanto às condições desiguais a que o homem está submetido:

“[...] sinais do caráter de exclusão da reestruturação capitalista são tão fortes que nos induzem a procurar, para além da ênfase apologética da valorização do trabalhador e da sua formação geral e polivalente, qual seu efetivo sentido políticoprático. A consciência dos seres humanos acerca da realidade organiza-se em conformidade com os interesses do capital e se reflete no sistema educacional. Assim, a escola como formadora do homem não está alheia ao processo de manutenção da sociedade atual.

E no cenário educacional as possibilidades de ações colaborativas para atender estudantes com necessidades específicas são pautas de debates e ações. Nesse sentido é que os relatos parciais aqui apresentados com base nas atividades desenvolvidas entre ensino, pesquisa baseada na extensão universitária faz-se necessário para contextualizar a dimensão cultural da construção histórica da deficiência no contexto das sociedades e do papel da mulher no cenário familiar e social.

Assim, compreender o processo de inclusão escolar perpassa uma constante discussão entre políticas e o reflexo nas suas práticas articuladas a questões sociais, jurídicas e econômicas atuais. Para essa análise de conjuntura recorreremos aos dados analisados, resultantes de pesquisas realizadas desde 2012 acerca do tema do Núcleo de Estudo e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (NEPEDIN), como um núcleo da universidade aberto, gratuito.

Com o intuito de estimular a realização de atividades de pesquisa e extensão na Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/UV sobre Educação, Direito e Inclusão e sua transformação em 2021 o Nepedin se tornou Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (EPEDIN) agora, um espaço de pesquisa e extensão na Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/UV.

Com isso, por mais de dez anos de pesquisa e publicações docentes e acadêmicas vem promovendo a publicização de todas as produções desenvolvidas e relacionadas às pesquisas dessa docente e o encontro de extensão semanalmente com grupos de estudos dirigidos, oficinas, palestras e curso em eventos acerca da educação, direito e inclusão.

Ressaltamos que, desde 2020 deixamos unicamente o espaço físico de uma sala de aula da universidade para também, reuniões por plataformas virtuais.

O EPEDIN organiza-se originariamente com autonomia e caracterização de espaço coletivo de formação humana, valioso instrumento de coleta e sistematização crítica da inserção social de nossas pesquisas em Educação, Direito e Inclusão. O tema das discussões e

estudos aborda preferencialmente, a Educação dos alunos com deficiências, incluídos nas escolas da rede regular/comum de nossa região.

Assim, o desdobramento das ações do Epedin/PROFEI – Mestrado Profissional de Educação Especial e Inclusiva da Unespar aproximaram os autores-pesquisadores em uma proposta de ações de pesquisa e extensão realizadas na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus de União da Vitória intitulado Projeto “E-mpodera Mulheres/Mães: redes de inclusão política, social e tecnológica de União da Vitória-Paraná”.

Buscamos através do Projeto E-mpodera criar e desenvolver ações efetivas de empoderamento feminino, inclusão digital e proteção infantil, em ações diretas de extensão e pesquisas focais, para todo o universo feminino e mais detidamente para mulheres/mães que possuam filhas e filhos em condição de inclusão educativa e social continuada, tendo em vista o alto grau potencial de risco social, marginalização e violência, as quais são submetidas.

Notadamente o empoderamento feminino de mulheres/mães de filhas e filhos com necessidades inclusivas, ‘demanda de inclusão e consumo tecnológico’, tendo em vista a capacidade e dinâmica da tecnologia em acessibilizar, intervir e transformar diversas dimensões sociais, pela liderança e autonomia política individual, a acessibilidade às esferas públicas de poder, a articulação política em rede e as possibilidades empreendedoras ligadas as redes de e-commerce, dado o perfil social singular de mulheres/mães de filhas e filhos incapazes que formam o público da educação especial.

Buscando minimizar à desigualdade, marginalização e exclusão de grupos específicos de mulheres/mães o Projeto E-mpodera, vem desenvolvendo pesquisas socioeconômicas diversas, junto à grupos focais de mulheres, que se enquadram nas políticas paranaenses de valorização e empoderamento feminino, direcionando seus resultados iniciais a criação e desenvolvimento de softwares sociais nas áreas de e-commerce e direitos sociais. Inicialmente identificamos um perfil específico de mulheres/mães que cuidam de filhos/filhas ou dependentes com necessidades especiais ou condição incapacitante, sejam temporárias ou definitivas.

Essas mulheres não se habilitam a empregos ou rendas formais, dada a condição de ‘cuidadoras em tempo integral’, respondendo a essa demanda desenvolvemos um aplicativo livre de e-commerce, acessível em smartphones e que pode oferecer produtos e serviços em uma plataforma integrada. Venda de artesanato, produtos agrícolas orgânicos, peças de vestuário diverso e serviços podem ser oferecidos, pagos e avaliados on line, buscando facilitar e integrar redes de negócio e renda. Mulheres podem prestar serviços diversos e

comercializar produtos, encontrando renda financeira dentro de modelos de comércio e trabalho não formais, mais adequados a seus cotidianos e realidades de vida.

Na mesma direção, as pesquisas iniciais demonstram que a falta de conhecimento e acesso a direitos básicos, políticas públicas de proteção e segurança apresentam-se como um sério problema histórico social, a ser ultrapassado. Isso posto, exigiu do Projeto E-mpodera o desenvolvimento de um aplicativo livre e gratuito que organizasse e disponibilizasse informações, endereço, geolocalização e procedimentos relativos a obtenção dos mais diversos direitos sociais e políticas protetivas, nos níveis municipal, estadual e federal. A ideia é fazer com toda a informação necessária a obtenção de mecanismos legais protetivos e programas sociais continuados ou não, possam chegar ao conhecimento e mudar a vida de quem mais precisa.

As provocações e inquietações resultaram da busca em determinar o papel desempenhado pela mulher-mãe de pessoas com deficiência e a sobrecarga de tarefas cotidianas que se somam em um processo crescente de esgotamento. À luz do entendimento crítico e contextualizado da dimensão histórica e social que muitas vezes o papel de mãe de pessoa com deficiência é que faz-se necessário o enfrentamento ao preconceito no cenário familiar e social.

Tais ações com ênfase prioritária no acesso a Direitos Humanos e Justiça, apresenta como justificativa a articulação necessária do Ensino Superior com a necessidade da formação de liderança feminina e participação social na busca de igualdade de gênero, enfrentamento à exposição de mulheres em situação de risco social da região de abrangência desta universidade.

A vulnerabilidade feminina no Brasil se apresenta diversa e sistêmica, em grande parte consequência de sua condição estrutural, reproduzida continuamente dentro da sociedade em seu processo histórico. Entretanto, resta notarmos, que dentro da amplitude ativa do conceito de vulnerabilidade em relação as mulheres, percebemos uma variada distinção de risco social ativo, atingindo grupos de mulheres em intensidade e violência diferentes

Assim, o E-mpodera Mulheres/Mães vai ao encontro de demandas específicas de mulheres que são mães especificamente Mulheres/Mães apresenta como aporte documentos normativos, orientadores e obras de autores que discutem a temática para promover a formação de mulheres em especial com filhas(os) público da Educação Especial em ações de liderança, empoderamento e inclusão socioeducativa.

No caminho que discutir maneira coletivas de promover a criação de coletivos e associações, redes de proteção social, atividades empreendedoras, inclusão tecnológica e de protagonismo político feminino continuado. Para Kassar (2011, p.76):

As preocupações econômicas foram determinantes para adoção de políticas em outros momentos da história da educação brasileira, como parecem estar presentes agora. No entanto, ressaltamos o fato de que, muitas vezes, essas escolhas são incompatíveis para o estabelecimento da garantia de direitos sociais.

Por meio de ações participativas de ensino, pesquisa e extensão para proporcionar aos licenciandos/as e pós-graduandos/as participação ativa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no projeto. resultando em ações que vem possibilitando a qualificação dessas mulheres e a inserção universidade por atividades de participação na comunidade. Palavras-chave: inclusão, mulheres/mães, pessoa com deficiência, inovação tecnológica, ações participativas.

Considerações finais

Assim, o estudo apresenta resultados parciais do E-mpodera Mulheres/Mães que vai ao encontro de demandas específicas de mulheres que são mães especificamente aquelas mulheres que como mães de pessoas com deficiência necessitam da formação para liderança, empoderamento e inclusão socioeducativa. Dessa maneira a criação de coletivos e associações, redes de proteção social, atividades empreendedoras, inclusão tecnológica por meio do aplicativo, livre para localização e acesso a atendimentos na garantia social de direitos e e-commerce possibilitará o protagonismo político feminino continuado.

Compreendemos como papel social relevante da universidade pública que se pretende plural, inclusiva e popular. Faz-se necessário olhar para as relações do capital com perspectivas transformadoras. Recorremos a Kassar (2011, p.76) para contextualizar a educação atual:

As preocupações econômicas foram determinantes para adoção de políticas em outros momentos da história da educação brasileira, como parecem estar presentes agora. No entanto, ressaltamos o fato de que, muitas vezes, essas escolhas são incompatíveis para o estabelecimento da garantia de direitos sociais.

Assim, à luz das preocupações educacionais para além das preocupações ditadas pelos mercado, faz-se necessário projetos com ações participativas de ensino, pesquisa e extensão para proporcionar aos licenciandos/as e pós-graduandos/as participação ativa nas atividades

que promovam discussões e provoquem a efetivação de políticas públicas inclusivas que não estão separadas da participação social e ao acesso de todas as pessoas a bens e serviços públicos pelas garantias e direitos fundamentais.

O trabalho colaborativo pela rede de apoio e sustentação do Epedin, PROFEI e agora E-mpodera aproximam a universidade, as mulheres/mães de pessoas com deficiências ou não para a minimização do distanciamento que dificultem o acesso a direitos.

O diálogo com diversos órgãos e instituições públicas pode ser desafiador para a universidade, mas conduzem para meios inclusivos e muitas vezes de resistência ao processo violento de exclusão da sociedade contemporânea. Na análise dos documentos nos encaminharam para programas e propostas de formação de professores, profissionais da Educação, mas também das famílias e grupos vulneráveis da comunidade externa à universidade.

REFERÊNCIAS

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995. MARINGÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Pressupostos e princípios que norteiam as propostas pedagógicas das escola municipais. Maringá: SEDUC, 2000.

MARX, K.; ENGELS F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.